



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO Nº 029/2018.
PROCESSO Nº 043/2018.
VALIDADE: 12 meses

Aos vinte e três dias do mês de abril de 2018, na sala de licitações, na sede no Centro Administrativo, situado na Avenida Galdino Morato de Menezes, nº. 100, São José, nesta cidade, o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. Ozéas da Silva Campos, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei 10.250/02, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 029/2018 por deliberação da pregoeira oficial e equipe de apoio, e por ele homologada conforme processo nº 043/2018 RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos produtos constantes nesta ata, a serem utilizados no Município, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa **Pompéu Sistemas de Segurança Ltda-ME**, CNPJ: 24.019.245/0001-29, com sede à Rua Felix Dias, nº 261 – Bairro Centro – Pompéu/MG – CEP: 35.640-000 – Telefone 37-3523-2005, neste ato representada por Breno Luiz Pereira Assis, CPF: 046.367.476-66, cuja proposta foi classificada em primeiro lugar, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

01 - DO OBJETO:

O objeto do fornecimento são os produtos constantes desta ata, em que são discriminados, a apresentação de cada produto, o consumo estimado e o prazo para entrega.

Item	Qtde	Un.	Código	DESCRIÇÃO MINUCIOSA DO OBJETO	P. Unit.	P. Total
01	3.000	Metro Linear	15332	CERCA ELETRICA Cerca Eletrica confeccionada com hastes de 4 perfis/isoladores, a cerca devera conter uma haste no maximo a cada 3 metros de cerca, com fios em aco inox nao inferior a 0,45mm. A instalacao da cerca eletrica deve ser identificada por placas de advertencia, instaladas de forma que fiquem evidentes e legiveis a partir da area protegida e da area de acesso publico. Cada lado da cerca eletrica deve ter, pelo menos, uma placa de advertencia. Sendo que devera ter sinalizacao em cada portao, em cada ponto de acesso, em intervalos nao excedendo 10 m e adjacentes. As placas de advertencia devem ser de, pelo menos, 100 mm x 200 mm, ter o fundo amarelo e a seguinte inscricao preta: "CUIDADO: CERCA ELETRICA" ou similar. A inscricao deve ser identificada de modo legivel e duravel, inserida em ambos os lados da placa de advertencia. Servico de instalacao	R\$ 7,00	R\$ 21.000,00



MUNICÍPIO DE POMPEU
ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Galdino Morato de Menezes, nº 100
São José - Pompéu/MG - CEP. 35640-000
Fone/Fax: (37) 3523-1000

CNPJ: 18.296.681/0001-42 / www.pompeu.mg.gov.br

				incluído. Garantia do produto de 1 ano e do serviço 3 meses.		
02	20	Un	15333	CENTRAL DE CHOQUE P/CERCA ELET Central de choque para cerca elétrica com arme/desarme por controle remoto, tensão de saída não inferior a 18.000V, bateria capaz de alimentar o sistema no mínimo 48 horas e sirene de alarme. A central de choque deverá ser entregue instalada, aterrada e integrada a Central de alarme caso o local já possua monitoramento por alarme compatível com a central de choque. Garantia do produto de 1 ano e do serviço 3 meses. JFL CR18	R\$ 550,00	R\$ 11.000,00
03	3.000	Metro Linear	19733	CONCERTINA EM AÇO INOXIDÁVEL Concertina em aço inoxidável, com lâminas de 04 (quatro) a 10 (dez) pontas perfurantes, de 43mm a 70mm de comprimento, altura de 21mm a 25mm, espaçamento de 22mm a 50mm na parte externa e 17mm a 95mm na parte interna. Diâmetro de 450mm de centro a centro com 13 a 17 lâminas perfurantes. Deverão ser utilizadas placas de advertência a cada 10 metros de distância. Todos os acessórios necessários à instalação serão incluídos no preço a ser proposto (Grampos, arame, hastes, parafusos, buchas, esticadores, cabos guias, anéis, clips, etc) e deverão ser em aço galvanizado a quente.	R\$ 20,00	R\$ 60.000,00
04	200	Serv.	19734	MANUT. CORRETIVA CERCA ELÉTRICA Serviço de Manutenção Corretiva (Troca de Hastes, Troca de Fio, Troca de isoladores, reaperto e ou emenda de fios), incluindo a reposição de qualquer que seja a peça necessária ao perfeito funcionamento e operação dos equipamentos, sendo feito avaliação prévia no local.	R\$ 35,00	R\$ 7.000,00
				VALOR TOTAL		R\$ 99.000,00

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

II - Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os produtos referidos nesta ata.

III - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.



03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

04 - DO PREÇO

I - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 029/2018.

II - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 029/2018, que integra o presente instrumento de compromisso.

III - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão nº 029/2018 pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

05 - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

I - Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto ou serviço será o constante dos anexos desta, e será contado a partir da Ordem de Fornecimento.

PRAZO E LOCAL DE ENTREGA:

Os objetos ou serviços solicitados deverão ser entregues e instalados no local indicado na OF (ordem de fornecimento). O licitante terá o prazo de 10 (dez) dias para efetivar a entrega do produto ou serviço, a contar da emissão da ordem de fornecimento emitida pelo Setor de Compras.

06 - DO PAGAMENTO

I - O pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária até o 15º dia útil do mês subsequente ao mês do fornecimento, e conferência do objeto, mediante a apresentação da Nota Fiscal Eletrônica devidamente aprovada pela Comissão de Recebimento da Prefeitura Municipal de Pompéu.

II. A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo – Termo de Referência, conforme Nota Fiscal.

III. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida;

IV. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;

V. O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços, de modo a constituírem a única e total contraprestação;

VI. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços.

VII - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$



I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

I - As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

II - Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de cinco dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

III - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex, fac-símile ou e-mail, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

IV - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

V - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

VI - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

VII - As empresas detentoras da presente ata ficam obrigadas a aceitar o acréscimo de até vinte e cinco por cento nas quantidades estimadas.

VIII - Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

08 - DAS PENALIDADES

8.1. - Recusando-se a vencedora a assinatura da ata sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

8.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa de:

8.2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

8.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;

8.2.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;



- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

8.2.3. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

8.3. - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Pompéu, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

8.4. A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada aqueles que:

8.4.1. Retardarem a execução do pregão;

8.4.2. Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

8.4.3. Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

09 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

I - Considerado o prazo de validade estabelecido no item I da Cláusula II, da presente Ata, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 1(um) ano, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão nº 029/2018, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto instituidor do Registro de preços.

II - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

10 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art.73, II “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.

II - A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93.

11 - DO REGIME DE EXECUÇÃO

I - O regime de execução do presente contrato será Indireta – Empreitada por preço unitário.

12 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;



D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

G - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

*no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

A - a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados devera ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

13 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

I - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretario requisitante.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão nº 029/2018 e as propostas das empresas classificadas no certame supra-numerado.

14.2. - Fica eleito o foro desta Comarca de Pompéu/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

14.3. - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Pompéu/MG, 23 de abril de 2018

Ozéas da Silva Campos
Prefeito Municipal de Pompéu/MG

Pompéu Sistemas de Segurança Ltda-ME
Breno Luiz Pereira Assis



MUNICÍPIO DE POMPÉU
ESTADO DE MINAS GERAIS

Av. Galdino Morato de Menezes, nº 100
São José - Pompéu/MG - CEP. 35640-000
Fone/Fax: (37) 3523-1000

CNPJ: 18.296.681/0001-42 / www.pompeu.mg.gov.br

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – PL 043/2018 - PREGÃO 029/2018

CONTRATANTE: Município de Pompéu

CONTRATADO: **Pompéu Sistemas de Segurança Ltda-ME**

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para contratação de empresa para fornecimento e prestação de serviço de instalação e manutenção de cerca elétrica, incluindo fornecimento de peças para atender a demanda das secretarias municipais de Pompéu.

RECURSO ORÇAMENTÁRIO:

02 01 10 04 122 0001 2.003 3.3.90.39 8 / 02 02 50 04 122 0001 2.019 3.3.90.39 27
02 03 10 13 391 0012 2.246 3.3.90.39 42 / 02 03 10 27 812 0014 2.035 3.3.90.39 76
02 0510 12 365 0017 2.059 3.3.90.39 257 / 02 05 20 12 361 0017 2.055 3.3.90.39 282
02 06 40 04 123 0007 2.013 3.3.90.39 361 / 02 07 10 04 122 0001 2.099 3.3.90.39 406
02 08 30 11 334 0026 2.221 3.3.90.39 456 / 02 09 10 04 122 0001 2.263 3.3.90.39 519
02 10 10 04 121 0001 2.005 3.3.90.39 613 / 02 11 10 10 122 0031 2.156 3.3.90.39 632
02 12 10 04 122 0006 2.001 3.3.90.39 753 / 02 13 10 04 124 0005 2.002 3.3.90.39 766

VALOR: R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais)

VIGÊNCIA: 23/04/2018 a 23/04/2019

Publicado em 23/04/2018, no Quadro de Avisos da Prefeitura, conforme Lei Municipal nº 1.631/2009.

Pregoeira